

**AgInt no PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 2.270 - SP (2019/0242814-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : ELIANE REGO SOARES DOS SANTOS  
**ADVOGADOS** : DANIEL GUSTAVO DE OLIVEIRA COLNAGO RODRIGUES -  
SP301591  
EWERTON FERNANDO PACANHELA - SP322766  
NATÁLIA FREITAS ROSSI - SP425419  
**AGRAVADO** : REGINA GRILLO ALVES  
**AGRAVADO** : EDMUR DOS SANTOS ALVES  
**ADVOGADO** : REINALDO AMARAL DE ANDRADE - SP095263

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. EFEITO SUSPENSIVO ATRIBUÍDO AO RECURSO ESPECIAL. INCOMPETÊNCIA E JULGAMENTO *EXTRA PETITA* INEXISTENTES. PROBABILIDADE DO DIREITO ALEGADO E RISCO DE DANO DEMONSTRADOS. DECISÃO MANTIDA.

1. Segundo a previsão expressa do art. 1.029, § 5º, do CPC/2015, a competência desta Corte para apreciar requerimentos de tutela provisória só se inicia após a publicação da decisão de admissibilidade do recurso especial. No caso, o STJ possui competência para analisar o pedido formulado.

2. O deferimento de tutela provisória de urgência pressupõe a demonstração de elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, circunstâncias verificadas no caso sob exame.

3. Atendidos os requisitos, o efeito suspensivo é atribuído ao procedimento recursal, não havendo diferença prática quanto ao recurso indicado na parte dispositiva da decisão. Julgamento *extra petita* inexistente.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

**ACÓRDÃO**

A Quarta Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Marco Buzzi (Presidente), Luis Felipe Salomão, Raul Araújo e Maria Isabel Gallotti votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília-DF, 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator